

Estado do Tocantins
 Prefeitura Municipal de Porto Nacional
 Procuradoria Geral do Município



PUBLICADO EM PLACAR
 Em 1º 103/2010
 Marcos Paulo Favaro
 OAB/TO 4.122 A
 OAB/SP 229.901

LEI COMPLEMENTAR N.º 008, DE 1.º DE MARÇO DE 2.010.

Autoriza o Executivo Municipal a desenvolver ações para implementar o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, criado pela Lei nº 11.977 de 07 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto 6.962 de 17 de setembro de 2009, nas condições definidas pela Portaria Interministerial n.º 484/2009 da STN/MF

Eu, **PREFEITA DE PORTO NACIONAL**, Faço saber que:

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

ARTIGO 1.º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desenvolver todas as ações que se fizerem necessárias visando que os seus munícipes possam se beneficiar do apoio oferecido pelo Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, direcionado aos municípios com população de até cinquenta mil habitantes, pelas formas disciplinadas pela Lei Federal nº 11.977, de 07.07.2009 e pela Portaria Interministerial nº 484, de 28.09.2009 dos Ministros de Estado da Fazenda e das Cidades e demais atos normativos que regulam a matéria.

PARÁGRAFO 1.º – Os beneficiários finais não poderão apresentar renda familiar superior a 03 (três) salários mínimos e as suas indicações observarão os critérios de elegibilidade e de seleção de beneficiários do PMCMV, consideradas as reservas aos portadores de deficiência e aos idosos.

PARÁGRAFO 2.º – É vedado o atendimento de pessoas físicas que:

Avenida Murilo Braga n.º 1.887 Bairro Centro, Porto Nacional - TO.
 (63) 3363.6000 - ramal 217
 porto@yahoo.com.br

Tabelionato Pethion
 (Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos, e Tabelionato de Protestos e 2.º de Notas)
 Rua Joaquim Pereira, n.º 764 - Centro - Porto Nacional/TO - CEP 77500-000
 Fone/Fax: (63) 3363-1661 - E-mail: tabelionato.pethion@hotmail.com

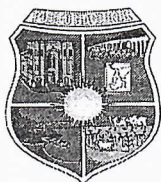
AUTENTICO a presente fotocópia por conferir com o original que me foi apresentado Dou fé. nº0003 *384150
 Porto Nacional, 16 de março de 2010

Luana Rocha Lima Brito
 Escrevente

Custas: R\$1.00 - FUNCIVIL: R\$0.30 - Total: R\$1.30

SELO DE AUTENTICAÇÃO
 Estado do Tocantins
 AUTENTICAÇÃO
 FUNCIVIL
 Lei Nº 2011/08
 AUB 0031675

feito somente com o selo de autenticidade



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Porto Nacional
Procuradoria Geral do Município



I - tenham sido beneficiadas, a qualquer época, com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, destinados à aquisição de unidade habitacional;

II - sejam detentoras de financiamento imobiliário ativo em qualquer localidade do território nacional; ou

III - sejam proprietárias, cessionárias, arrendatárias dos programas do Governo Federal ou promitentes compradoras de imóvel residencial urbano ou rural.

ARTIGO 2.º – Para os fins de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a complementar o valor das subvenções do PMCMV com benefícios fiscais; bens ou serviços economicamente mensuráveis; assistência técnica ou recursos financeiros a serem aportados no processo de produção das unidades habitacionais.

ARTIGO 3.º – O Poder Executivo Municipal poderá transferir imóveis ou direitos a eles relativos em benefício da população a ser atendida pelo PMCMV.

ARTIGO 4.º – O PMCMV será implementado em conformidade com as seguintes modalidades:

I - Produção de empreendimentos habitacionais (produção de empreendimento habitacional composto por múltiplas unidades, em áreas que venham a dispor, ao término da obra, de infraestrutura básica que permita as ligações domiciliares do sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica, acesso por vias públicas e drenagem de águas pluviais);

II - Produção de unidades habitacionais isoladas (substituição de unidades habitacionais isoladas em situação precária de habitabilidade, por meio de construção de novas moradias, que sejam localizadas em áreas com infraestrutura básica que permita as ligações domiciliares de sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica, acesso por vias públicas e drenagem de águas pluviais).

PARÁGRAFO ÚNICO – As unidades habitacionais observarão as seguintes especificações mínimas:

I - área útil de trinta e dois metros quadrados; e

Avenida Murilo Braga n.º 1.887, Bairro Centro, Porto Nacional - TO.
CEP: 77.500 - 000 Fone/Fax: (63) 3363.5000 - ramal 217
to@yahoo.com.br



Autenticado somente com o selo autenticidade



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Porto Nacional
Procuradoria Geral do Município



II - sala, dois quartos, banheiro, cozinha e área de serviço.

ARTIGO 5.º – O contrato de transmissão do domínio ou da posse será assinado entre o Município ou entidade que o Poder Público Municipal indicar e o beneficiário final, devendo ser celebrado, preferencialmente, em nome da mulher, ou ainda, em nome de pessoa portadora de deficiência física.

ARTIGO 6.º - Fica o Poder Executivo autorizado oferecer garantias, inclusive com recursos financeiros, da realização da sua contrapartida ao Programa.

PARÁGRAFO 1.º - As garantias previstas neste artigo só poderão ser exercidas na hipótese do descumprimento das obrigações assumidas pelo Município.

PARÁGRAFO 2.º - A Contra partida poderá ser fornecida pelo próprio beneficiário.

ARTIGO 7.º – Fica o Poder Executivo autorizado a assumir mais as seguintes responsabilidades:

I - celebrar o Termo de Acordo e Compromissos com o AGENTE FINANCEIRO devidamente credenciado pelo Banco Central do Brasil para operar o PMCMV, observados os prazos fixados pelo Programa.

II - Urbanizar as áreas elegíveis em conformidade com as propostas e projetos aprovados;

III - Regularizar as unidades habitacionais resultantes das aplicações do Programa perante os órgãos municipais e estaduais competentes, inclusive cartorariamente;

IV - Providenciar os documentos pertinentes aos aspectos sociais, técnicos, financeiros e jurídicos necessários para a implantação do Programa;

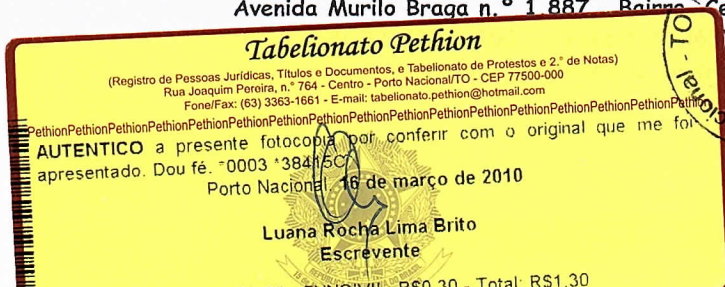
ARTIGO 8.º – As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se for necessário, até o atendimento dos encargos de contrapartida.

ARTIGO 9.º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Avenida Murilo Braga n.º 1 887 - Bairro Centro, Porto Nacional - TO.

3363.6000 - ramal 217

@yahoo.com.br



Válido somente com o selo de autenticação



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Porto Nacional
Procuradoria Geral do Município



ARTIGO 10 – Revogam-se as disposições em contrário.

**PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DA EXCELENTÍSSIMA SENHORA
PREFEITA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, Estado do Tocantins, ao 1.º de março de
2.010.**

TERESA CRISTINA VENTURINI MARTINS
Prefeita de Porto Nacional

Tabelionato Pethion
(Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos, e Tabelionato de Protestos e 2.ª de Notas)
Rua Joaquim Pereira, n.º 764 - Centro - Porto Nacional/TO - CEP 77500-000
Fone/Fax: (63) 3363-1661 - E-mail: tabelionato.pethion@hotmail.com

PethionPethionPethionPethionPethionPethionPethionPethionPethionPethionPethionPethionPethionPethionPethionPethion
AUTENTICO a presente fotocópia por conferir com o original que me foi
apresentado. Dou fé. *0003 *38415C
Porto Nacional, 16 de março de 2010

Luana Rocha Lima Brito
Escrevente

Custas: R\$1,00 - FUNCIVIL: R\$0,30 - Total: R\$1,30

